

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Portaria n.º 76/2025 de 4 de julho de 2025

Considerando a importância da pescaria do goraz (*Pagellus bogaraveo*) para a Região Autónoma dos Açores, a Secretaria Regional do Mar e das Pescas, através das Portarias n.ºs 15/2025, de 21 de fevereiro, e 31-A/2025, de 8 de abril, esta última retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2025, de 9 de abril, fixou uma repartição da quota de goraz (*Pagellus bogaraveo*) destinada à Região Autónoma dos Açores para o primeiro semestre de 2025, por cada ilha, respeitando o histórico de cada uma delas e das respetivas embarcações, por forma a garantir uma repartição justa e equitativa.

Através dos Despachos n.ºs 420-A/2025, de 21 de fevereiro, e 720-A/2025, de 28 de março, a Secretaria Regional do Mar e das Pescas procedeu à repartição da quota de goraz (*Pagellus bogaraveo*) para o primeiro semestre de 2025, pelas embarcações de pesca local e costeira registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a Portaria n.º 31-A/2025, de 8 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2025, de 9 de abril, cessou a sua vigência a 30 de junho de 2025, mantendo-se a importância de continuar a garantir a boa gestão desta pescaria.

Considerando que se aguarda que o Conselho da União Europeia adote novo regulamento que defina o remanescente da quota de goraz (*Pagellus bogaraveo*) para Portugal respeitante ao corrente ano, possibilidade de pesca aplicável às águas da União e águas internacionais da subzona 10 do CIEM - Conselho Internacional para a Exploração do Mar, a qual é disponibilizada à Região Autónoma dos Açores, atenta a série temporal de dados históricos de desembarques das embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 31/2012/A, de 6 de julho, e 11/2020/A, de 13 de abril, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro, que estabelece o quadro legal da pesca açoriana, dispõe, no n.º 1 do artigo 9.º, que o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode estabelecer, por portaria, condicionamentos ao exercício da pesca no Mar dos Açores e prever os critérios e condições para a sua aplicação, com vista a adequar a pesca ao estado de exploração ou à condição dos recursos disponíveis e a sua relativa abundância, assegurando a conservação dos recursos marinhos e a gestão do setor.

Neste sentido, a presente portaria aprova o regulamento que fixa as capturas totais permitidas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) e as condições associadas, para o segundo semestre de 2025, sem prejuízo de eventuais alterações ou ajustes que possam vir a ocorrer durante aquele período decorrentes do remanescente da quota da referida espécie que venha a ser atribuída a Portugal e para o referido período, conforme supra exposto, possibilidade de pesca aplicável às águas da União e águas internacionais da subzona 10 do CIEM - Conselho Internacional para a Exploração do Mar, a qual é disponibilizada à Região Autónoma dos Açores, atenta a série temporal de dados históricos de desembarques das embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores

Foram ouvidas a Federação das Pescas dos Açores e as associações representativas do setor.

Assim, manda o Governo Regional, pelo Secretário Regional do Mar e das Pescas, ao abrigo do disposto no n.º 1 e na alínea g) do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea a) do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2024/A, de 11 de abril, na sua redação atual, o seguinte:

1 – Aprovar o regulamento de fixação de capturas totais permitidas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) e as condições associadas para as embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma

dos Açores, para o segundo semestre de 2025, constante do Anexo à presente portaria, e da qual faz parte integrante.

2 – A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a 1 de julho de 2025.

Secretaria Regional do Mar e das Pescas.

Assinada a 03 de julho de 2025.

O Secretário Regional do Mar e das Pescas, *Mário Rui Rilho de Pinho*.

Anexo

Regulamento de fixação de capturas totais permitidas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) e condições associadas para as embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores para o segundo semestre de 2025

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento fixa as capturas totais permitidas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) e as condições associadas, para o segundo semestre de 2025, sem prejuízo de eventuais alterações ou ajustes que possam vir a ocorrer durante aquele período decorrentes da quota da referida espécie que venha a ser atribuída a Portugal e para o referido período, possibilidade de pesca aplicável às águas da União e águas internacionais da subzona 10 do CIEM - Conselho Internacional para a Exploração do Mar, a qual é disponibilizada à Região Autónoma dos Açores, atenta a série temporal de dados históricos de desembarques das embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se a todas as embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) «Goraz», todos os exemplares da espécie marinha com o nome científico *Pagellus bogaraveo*, e de nome vulgar goraz, peixão e carapau na Região Autónoma dos Açores;
- b) «Subzona 10 da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar» ou «Subzona 10 do CIEM», a área de pesca, vulgarmente conhecida por banco dos Açores, definida no Regulamento (CE) n.º 218/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009, relativo à apresentação de estatísticas sobre as capturas nominais efetuadas pelos Estados-Membros que pescam no Nordeste do Atlântico;
- c) «Porto de armamento», aquele que foi utilizado nos anos civis anteriores, de forma principal, para o desenvolvimento da atividade de pesca com aquela embarcação, desde a partida para a faina até ao regresso para proceder aos desembarques/descargas, bem como para o embarque, desembarque e inscrição de tripulantes;
- d) «Portos de descarga», os portos da Região Autónoma dos Açores designados, ao abrigo do artigo 11.º

do Regulamento (UE) n.º 2016/2336, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, para proceder ao desembarque de espécies de profundidade;

e) «Associação de produtores representativa do sector da pesca», qualquer associação de armadores, qualquer associação de pescadores que também integre armadores ou qualquer Organização de Produtores.

CAPÍTULO II

Do condicionamento ao exercício da pesca de goraz

Artigo 4.º

Possibilidade de pesca e sua repartição por ilha

1 – Para o segundo semestre de 2025, na subárea dos Açores da zona económica exclusiva portuguesa, é estipulada a possibilidade de pesca de 182 047,30 kg de peso vivo, em relação à unidade populacional da espécie goraz (*Pagellus bogaraveo*).

2 – A possibilidade de pesca referida no número anterior é repartida entre as embarcações de pesca local e costeira licenciadas para o ano de 2025 e contempladas em despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas.

3 – No segundo semestre de 2025, a possibilidade de pesca da unidade populacional da espécie goraz (*Pagellus bogaraveo*), repartida pelo conjunto de embarcações de cada uma das nove ilhas da Região Autónoma dos Açores, nos termos dos números anteriores, de acordo com o seu porto de registo ou de armamento, tem em conta a seguinte chave de repartição:

- a) Ilha do Corvo – 2,90%;
- b) Ilha das Flores – 7,00%;
- c) Ilha do Faial – 10,50%;
- d) Ilha do Pico – 7,00%;
- e) Ilha de São Jorge – 5,50%;
- f) Ilha Graciosa – 12,50%;
- g) Ilha Terceira – 23,00%;
- h) Ilha de São Miguel – 30,00%;
- i) Ilha de Santa Maria – 1,60%.

4 – Tendo em conta a chave de repartição constante do número anterior, a possibilidade de pesca prevista no número 1, para o segundo semestre de 2025, é repartida pelo conjunto da frota da Região Autónoma dos Açores, de acordo com o seu porto de registo ou de armamento, por ilha, ao qual se adicionam os quantitativos não utilizados do primeiro semestre de 2025, por cada uma das ilhas, da seguinte forma:

- a) Ilha do Corvo: 3.614,62 kg;
- b) Ilha das Flores: 7.855,94 kg;
- c) Ilha do Faial: 29.682,48 kg;
- d) Ilha do Pico: 13.095,58 kg;
- e) Ilha de São Jorge: 5.837,02 kg;
- f) Ilha Graciosa: 15.684,35 kg;
- g) Ilha Terceira: 30.318,50 kg;
- h) Ilha de São Miguel: 71.321,50 kg;
- i) Ilha de Santa Maria: 4.637,31 kg.

5 – Sem prejuízo da repartição definida nos n.ºs 1 a 4, pode ser determinada pelo membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, ouvidas a Federação das Pescas dos Açores e as associações representativas da frota de pesca da Região, a cedência de parte da quota de uma ou mais ilhas a outra, ou outras ilhas dos Açores, face ao apuramento concreto das capturas das respetivas frotas.

6 – A eventual cedência de parte da quota de uma ou mais ilhas a outra, ou outras ilhas dos Açores, quando for temporária, é formalizada por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual fixa expressamente o período de vigência de tal medida.

7 – A eventual cedência de parte da quota de uma ou mais ilhas a outra, ou outras ilhas dos Açores, quando for definitiva, é formalizada por portaria do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, a qual fixa nova chave de repartição.

8 – Para as novas embarcações de pesca, cujo armador não tenha uma embarcação identificada no despacho a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º, ou que tenha uma embarcação identificada no despacho a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º, que seja, entretanto, abatida à frota regional, a disponibilidade de acesso à quota de registo ou armamento está dependente de parecer favorável da associação representativa da frota de pesca dessa ilha e nas quantidades por ela propostas.

9 – A transferência de embarcações com quota atribuída, por aquisição, independentemente de ocorrer na mesma ilha ou em ilhas diferentes, opera-se sem a correspondente transferência de quotas.

10 – O membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode, por despacho, fixar regras adicionais à gestão das possibilidades de pesca repartidas, por ilha, nos termos previstos nos n.ºs 3 e 4, com o objetivo de otimizar o aproveitamento da quota.

Artigo 5.º

Imputação das capturas

A imputação das capturas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) a cada uma das ilhas mencionadas no artigo anterior, quanto às embarcações classificadas como de pesca local ou costeira, faz-se de acordo com o seu porto de registo ou com o seu novo porto de armamento.

Artigo 6.º

Embarcações de pesca do largo

É proibida a manutenção a bordo, o transbordo, o desembarque, o transporte, o armazenamento, a exposição, a colocação à venda ou a venda de goraz (*Pagellus bogaraveo*) capturado por embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores classificadas como de pesca do largo.

Artigo 7.º

Repartição do volume de capturas por embarcação

1 – Só é permitida a captura de goraz (*Pagellus bogaraveo*) pelas embarcações que constem de despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, relativo a cada uma das nove ilhas, pelas embarcações de pesca local e costeira licenciadas para o ano de 2025.

2 – Sem prejuízo do disposto no artigo 4.º, é estabelecido um limite máximo semestral de captura de exemplares da espécie goraz (*Pagellus bogaraveo*), por embarcação classificada como de pesca local ou costeira, independentemente do seu comprimento fora-a-fora, de 4 000,00 kg, com exceção da ilha Graciosa em que o limite é de 1050,00 kg, da ilha do Corvo em que o limite é de 514,00 kg e da ilha das Flores em que o limite é de 374,00 kg.

3 – O volume máximo de capturas previsto no artigo 4.º pode ser repartido individualmente, mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, pelas embarcações de pesca local e costeira licenciadas para o ano de 2025, nos termos do disposto nos artigos 16.º e 17.º do Regulamento (UE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, mediante proposta da Federação das Pescas dos Açores ou das associações representativas da frota de pesca de cada uma das parcelas da Região Autónoma dos Açores, devendo a quota total do segmento de frota local e do segmento de frota costeira de cada uma das ilhas dos Açores respeitar os limites estabelecidos no referido artigo.

4 – No caso previsto no número anterior:

a) Qualquer transferência de quotas entre embarcações com registo ou porto de armamento na mesma ilha só pode ser efetuada mediante autorização prévia do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, sob proposta da Federação das Pescas dos Açores ou das associações representativas da frota de pesca da respetiva ilha;

b) Qualquer transferência de quotas entre embarcações com registo ou porto de armamento em ilhas diferentes só pode ser efetuada com respeito pelo disposto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 4.º;

c) A quota atribuída a uma embarcação que seja, entretanto, abatida à frota regional, será redistribuída, na ilha a que disser respeito, mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual é produzido com base em parecer da Federação das Pescas dos Açores ou das associações representativas do setor da pesca na respetiva parcela da Região Autónoma dos Açores.

5 – As quotas atribuídas não constituem direitos adquiridos das empresas, armadores ou embarcações, podendo ser, a todo o tempo, retiradas ou diminuídas, como resultado de decisões regionais, nacionais ou comunitárias no âmbito da conservação e gestão de recursos, bem como pelo incumprimento das disposições previstas no presente regulamento.

CAPÍTULO III

Do controlo das capturas, do encerramento da pesca e das infrações

Artigo 8.º

Controlo das capturas e notificações

1 – O volume das capturas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) efetuadas na subárea dos Açores da zona económica exclusiva portuguesa, por embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores, é aferido com base nos registos de primeira venda de pescado, disponibilizados por meios eletrónicos pela LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A..

2 – A LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A., deve afixar, semanalmente, nas Lotas da Região Autónoma dos Açores, os dados estatísticos respeitantes à execução de quota por ilha.

3 – A LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A., deve fornecer, a pedido de qualquer armador interessado, dados estatísticos respeitantes às quantidades de goraz (*Pagellus bogaraveo*) desembarcadas nos portos da Região Autónoma dos Açores, pelas embarcações de pesca de que aquele seja proprietário ou armador.

Artigo 9.º

Portos de descarga

1 – Tendo em vista o controlo permanente dos volumes de capturas da espécie em consideração no presente regulamento, as embarcações de pesca registadas na Região Autónoma dos Açores efetuam todos os desembarques das capturas de goraz (*Pagellus bogaraveo*), obrigatoriamente, nos portos de descarga da Região Autónoma dos Açores.

2 – O não cumprimento da determinação estabelecida no número anterior por parte de qualquer embarcação implica a perda imediata da possibilidade de pesca no ano em questão e um corte de 50% na possibilidade de pesca para o ano seguinte, através do despacho previsto no n.º 1 do artigo 7.º.

Artigo 10.º

Esgotamento de quota

1 – Quando for atingida 70% das possibilidades de pesca semestral de goraz (*Pagellus bogaraveo*) fixadas no n.º 1 do artigo 4.º, ou da quota atribuída a alguma ilha, conforme fixado nas alíneas a) a i) do n.º 4 do artigo 4.º, ou do limite estabelecido na 2.ª parte do n.º 2 do artigo 7.º, o Diretor Regional com competência em matéria de pescas comunica aquele facto, por escrito, consoante o caso, à Federação das Pescas dos Açores ou à respetiva associação representativa do setor ou ao respetivo proprietário ou armador.

2 – Depois de esgotada a quota semestral de goraz correspondente a uma ilha, o Diretor Regional com competência em matéria de pescas comunica esse facto à Federação das Pescas dos Açores, às associações representativas do setor, à Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos e à LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A., a qual, a partir dessa data, não poderá admitir goraz proveniente do universo de embarcações em questão nos seus postos das diferentes ilhas para primeira venda de pescado.

3 – Logo que atingida a quantidade máxima de capturas para a totalidade das embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores constantes do despacho a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º, o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas profere o correspondente despacho, encerrando a pescaria.

4 – Logo que esgotada a quota semestral de goraz (*Pagellus bogaraveo*) fixada no n.º 1 do artigo 4.º, ou a quota atribuída a alguma das ilhas dos Açores conforme fixado nas alíneas a) a i) do n.º 4 do artigo 4.º, na sequência das comunicações a que se refere o n.º 2 ou do despacho referido no número anterior, é proibida a manutenção a bordo, o transbordo, o desembarque, o transporte, o armazenamento, a exposição, a colocação à venda ou a venda de goraz capturado na subárea dos Açores da zona económica exclusiva portuguesa relativamente à ilha em causa, ou à totalidade da frota de pesca dos Açores, consoante o caso.

5 – O encerramento da possibilidade de pesca semestral de goraz fixado no n.º 1 do artigo 4.º, implica a proibição imediata, também no que respeita à pesca lúdica, em cada uma das ilhas, da captura, manutenção a bordo, o desembarque e transporte de exemplares de goraz.

Artigo 11.º

Responsabilidade contraordenacional

As infrações ao disposto neste regulamento são processadas e punidas de acordo com as disposições pertinentes do Capítulo XII do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, na sua redação atual, e do Capítulo VI do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A, de 19 de abril, na sua redação atual.

Artigo 12.º

Compensação por sobrepesca

Caso a quota de goraz (*Pagellus bogaraveo*) destinada à Região Autónoma dos Açores, após 2025, sofra uma redução, nomeadamente como consequência da dedução de sobrepesca verificada no presente ano, é aquela redução refletida, proporcionalmente, nas quotas a atribuir às ilhas cuja atividade tenha originado a sobrepesca.

CAPÍTULO IV

Da utilização e da disponibilização das quotas

Artigo 13.º

Suspensão temporária das capturas

No segundo semestre de 2025, a captura de goraz (*Pagellus bogaraveo*) na subárea dos Açores da zona económica exclusiva portuguesa, ou em qualquer ilha desta, pode vir a ser temporariamente suspensa por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, logo que as capturas globais atinjam 70% do nível da quota ou 70% do nível da quota de alguma das suas ilhas, respetivamente.

Artigo 14.º

Comunicação à Direção Regional com competência em matéria de pescas

Sempre que ocorra facto que, durante determinado período, limitado ou duradouro, implique a não utilização, de forma plena ou parcial, da quota de goraz atribuída a cada ilha, devem as associações representativas do setor, da ilha de referência ou de âmbito regional, comunicar tal facto à Direção Regional com competência em matéria de pescas.

CAPÍTULO V

Disposição final

Artigo 15.º

Capturas acessórias

É proibido às embarcações que não constem do despacho a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º capturar, manter a bordo ou desembarcar goraz (*Pagellus bogaraveo*) como captura acessória.